

JUSTIÇA DISTRIBUTIVA: ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Rodrigo Spessatto¹, Vinícius Almada Mozetic²

1. Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

2. Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

Autor correspondente: Rodrigo Spessatto, rspessatto@hotmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: A AMOSC representa a reunião associativa de 20 (vinte) municípios localizados na região oeste catarinense, quais sejam: Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste. O Índice de Desenvolvimento Humano de seus municípios varia entre médio a alto, o que faz surgir questionamentos acerca de quais ações foram tomadas e que redundaram nos elevados índices, bem como de que forma as políticas públicas adotadas refletiram na Justiça Distributiva, além da influência dos fatores socioeconômicos, culturais, migratórios e ambientais nos resultados positivos alcançados. **Objetivo:** Não é demais consignar, a título de exemplo, o alto IDH dos municípios de Chapecó (0,79), Coronel Freitas (0,74) e Nova Itaberaba (0,736), revelando-se necessário, portanto, investigar quais foram os fatores determinantes que os levaram a ter índices tão elevados, de modo que a presente pesquisa almeja responder essas perguntas. Por outro lado, não se pode olvidar dos problemas estruturais enfrentados e de eventuais falhas nos mecanismos distributivos, que igualmente devem ser estudados a fim de que sejam superadas as desigualdades e vulnerabilidades existentes na região, podendo quiçá contribuir na resolução de outras demandas da sociedade catarinense. **Método:** O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é aferido considerando 03 (três) dimensões do desenvolvimento social, sendo a primeira delas a Longevidade (expectativa de vida), ou seja, a quantidade de anos que uma pessoa, nascida em determinada localidade e ano de referência, deve viver. A segunda dimensão concerne à Educação, mensurada com a utilização de 02 (dois) indicadores: a) a taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos (peso 2); b) o somatório das pessoas matriculadas em algum curso, independentemente da idade. A Renda seria a terceira dimensão, que é calculada com base no PIB per capita do país. Tendo em vista que existem diferentes custos de vida de um país para outro, a renda medida pelo IDH é em dólar PPC (paridade do poder de compra), que elimina essas diferenças. Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) procura medir o grau de justiça social, ou seja, tem por escopo aferir a maneira como os efeitos do desenvolvimento econômico são transformados em benefícios para a sociedade, o que seria um pré-requisito para o desenvolvimento humano. Atualmente, o IDS é composto por 05 (cinco) elementos com pesos iguais: a) saúde, com indicadores de expectativa de vida ao nascer e taxa de sobrevivência infantil; b) educação, com taxa de alfabetização e indicadores de escolaridade média, medida por anos de estudo; c) trabalho, com taxas de atividade e de ocupação; d) rendimento, com PIB per capita e coeficiente de igualdade; e) habitação. O IDH e o IDS são índices utilizados com a finalidade de mensurar o grau de desenvolvimento de determinada região, razão pela qual servem de fundamento para o presente estudo, em especial para aferir em que medida a Justiça Distributiva reflete no avanço e equidade social existente na Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. **Resultados:** Insta consignar que, das 03 (três) dimensões do IDH, os municípios da AMOSC possuem um evidente déficit no que concerne à Educação (2ª dimensão), uma vez que os seus indicadores são inferiores se cotejados com a Longevidade e Renda. **Conclusão:** Não obstante o alto IDH dos municípios da AMOSC, resta indubitável que a educação ainda é um problema a ser enfrentado pela

região, de modo que os respectivos Gestores Públicos devem, isoladamente ou sob gestão compartilhada, envidar esforços a fim de majorar tal indexador, seja por meio de implementação de políticas públicas, seja fazendo um forte trabalho de persuasão para que haja um maior interesse da população ao ensino e pesquisa.

Palavras-chave: Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina; Gestão Pública Integrada; Índice de Desenvolvimento Humano; Justiça Distributiva; Políticas Públicas.

Agradecimentos: O autor Rodrigo Spessatto agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pela concessão de bolsa de iniciação científica.